



A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: O QUE MUDOU DIANTE DA PROMULGAÇÃO DA LEI 10.639/03?

Diely Pimentel de Aragão¹

RESUMO

Este artigo propõe a análise dos conteúdos veiculados nos livros didáticos aprovados pelo PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático), referentes ao sétimo ano, após a implementação da lei 10.639/2003. Trata-se de uma análise comparativa entre os ciclos aprovados e distribuídos pelo PNLD nos anos de 2009 e 2024 para entender se ocorreram ou não mudanças nesses materiais dentro dos temas vinculados à questão étnico-racial e o protagonismo negro na formação do território nacional. Unir a importância da implementação da referida lei, do livro didático e do protagonismo negro na construção da sociedade nacional, indicando como a legislação vem impactando os conteúdos desses materiais. Afinal, a presença negra e a questão étnico-racial passam ou não a fazer parte da geografia que se ensina?

Palavras-chave: Lei 10.639/2003, Livros Didáticos, Protagonismo Negro, Branqueamento do Território.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the content in textbooks approved by the PNLD (National Program of Textbooks and didactics materials) for the seventh grade, following the implementation of Law 10.639/2003. It consists on a comparative analysis between PNLD-approved and distributed cycles in 2009 and 2024 to understand if changes have occurred or not on this materials about topics related on the ethnic-racial issues and black protagonism in the construction of national society. Unite the importance of the implantation of this Law, the textbooks and the black people's protagonism in the construction of national society, indicating how legislation has impacted the content of these materials. After all, do Black presence and ethnic-racial issues become part of the geography that is taught or not?

Keywords: Law 10.639/2003, Textbook, Black Protagonism, Whitening of the Territory.

INTRODUÇÃO

A promulgação da lei 10.639/2003 foi uma grande conquista para a modificação do cenário educacional nacional, já que a lei tem como intuito a valorização da participação de negros e negras na formação do território brasileiro, ao tornar obrigatório o ensino sobre África e relações raciais nos currículos escolares. Desde então, o campo acadêmico vem sendo modificado com a inserção de novas pesquisas em torno desse tema, aumento de artigos e

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na linha de Ensino de Geografia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciatura em Geografia na UERJ/FFP - RJ, dielypimentel@gmail.com;



dissertações, criação de disciplinas na graduação e pós-graduação voltadas para a implementação da lei, formação de cursos, e por fim, a inserção e revisão de conteúdos presentes nos materiais didáticos. Através disso, o presente artigo irá analisar livros didáticos aprovados pelo PNLD, em 2009 e 2024, identificando e verificando as presenças e modificação sobre as abordagens do tema, que é a valorização do papel exercido por negras e negros na formação, organização e produção do território brasileiro. Ao comparar esses livros podemos identificar de que forma ocorre o avanço da lei nos materiais didáticos de geografia, pois além do intervalo de 15 anos da avaliação do PNLD, os livros aprovados em 2009, foram publicados entre 2006 e 2008, ou seja, após a aprovação da lei 10.639/03.

Cabe identificar que historicamente os conteúdos presentes nos currículos praticados, não apenas o de Geografia, estigmatizam os temas referentes a África e a formação do território brasileiro, através de uma visão eurocêntrica. Esta perspectiva é uma das consequências do colonialismo/colonialidade, sendo parte do que Mignolo (2005) chama de herança colonial. Nessa leitura, os marcadores temporais e espaciais tendem a posicionar a Europa como centro do mundo, tendo protagonismo nas narrativas espaciais ensinadas no campo da geografia (CORRÊA, 2013).

Tudo e todos que sejam diferentes do padrão europeu são caracterizados como inferiores na sociedade, seja por meio da desvalorização ou da estigmatização, além de mais recentemente da supervalorização de grupos europeus e/ou brancos. Além disso, a centralização da Europa enquanto foco da história universal (Mignolo, 2005) ignora a participação de outros povos na produção de saberes e tecnologias sociais, homogeneizando populações e criando uma linha evolutiva entre elas, como aponta Lander (2005).

O colonialismo e a colonialidade são conceitos diferentes mas complementares, pois embora o colonialismo tenha terminado com a instituição do Estado Nação a colonialidade permaneceu. Esses sistemas de dominação atingem todas as esferas sociais, o que chamamos de colonialidade do ser, do saber e do poder (Mignolo 2005, Quijano 2006), presentes e engendradas até hoje na sociedade nacional, moldando padrões, provocando invisibilidades, silenciando grupos, rejeitando culturas e saberes que se difere do europeu: homem, branco, hétero e cristão.

A Geografia é uma ciência que promove a análise da sociedade em todos os aspectos, e dessa forma ‘contribuiu para a formação de visões de mundo’ (Corrêa e Meireles, 2018). Essa construção parte do ensinamento de um conjunto de conceitos ‘básicos’ - lugar, paisagem, região, território, natureza, sociedade e espaço - que norteiam a sociedade no seu dia a dia, a constelação de conceitos, como aponta Haesbaert (2018). Essa dinâmica é fundamental para que seja exercido o protagonismo dos jovens, pois contribuem na produção de reflexões sobre



e a partir do espaço. Através desses conceitos a geografia potencializa a análise sobre a formação da sociedade e a formação do território.

Contudo, é fundamental que essa reflexão não se construa a partir de uma leitura eurocêntrica. E para isso é preciso identificar as narrativas que os materiais didáticos difundem, sob a ótica da colonialidade do saber, como aponta Corrêa e Meireles (2018) ao falarem das geografias produzidas por determinados livros didáticos: "... acabamos por reproduzir e forjar uma Geografia composta por narrativas europeias e estadunidenses, enquanto as questões provenientes do espaço em que vivemos são silenciadas e oprimidas." pg. 92.

Assim sendo, no âmbito do debate sobre as nuances da colonialidade do saber, é preciso reconhecer que "há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias" (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 10.).

É através do livro didático que, em muitas oportunidades, os estudantes acessam as leituras sobre os conteúdos curriculares, à medida que este é um material distribuído em todas as escolas públicas do Brasil. Sabemos que a sociedade está em constante transformação e os meios digitais trazem novas formas de ensinar e aprender, entretanto, isso não tira a importância central do livro didático no âmbito nacional, pois ele é a ferramenta metodológica mais difundida e de maior alcance, através de uma política pública. Diante da importância do livro didático, da implementação da lei 10.639/03, além do histórico de um ensino eurocêntrico (Corrêa & Meireles, 2018, Santos, 2018) surge a necessidade de saber como os conteúdos, nesse caso o de Geografia, estão sendo veiculados nos materiais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa documental feita a partir da análise comparativa de livros didáticos destinados aos anos finais do ensino fundamental e aprovados no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) dos anos de 2008 e 2024. Assim sendo, foram selecionadas duas coleções do sétimo ano de 2008 (nesse contexto, antiga sexta série) e mais duas coleções de sétimo ano referentes ao PNLD de 2024. Dessa forma, será possível observar as nuances, avanços e permanências em relação ao debate étnico-racial nos materiais didáticos.

Para o de 2008, as coleções selecionadas foram "Geografia: Construção do Espaço Brasileiro" da editora Moderna e o "Projeto Araribá", também da editora Moderna. E as coleções selecionadas de 2024 foram "Expedições Geográficas" da editora Moderna e "Projeto Araribá" da mesma editora.



A escolha pelo recorte dos livros aprovados no PNLD está associada à análise de livros que passaram pelo processo de avaliação realizado pelo Estado. Nesta, o resultado se dá sob a forma de um Guia Digital do livro didático, no qual é possível encontrar princípios e os critérios utilizados nesse processo, bem como a ficha de avaliação. Nesses conteúdos observam-se cinco diferentes momentos em que a temática étnico-racial é mobilizada para ser analisada, que estão presentes nos guias desde 2006. Embora haja variações, a base foi o último edital de 2021, que gerou os livros aprovados em 2024. Neste os trechos veiculados a questão étnico-racial são:

"Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos.

(...)Promover positivamente a imagem de afrodescendentes, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo.

(...)Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes;

(...)Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.

(...)Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades (Brasil, 2019, p.34)."

As três primeiras possibilitam que sejam analisadas a existência de estereótipos, bem como a promoção de uma imagem positiva ao levar em consideração a participação social, econômica, cultural dos grupos afrodescendentes em diferentes momentos e contextos históricos. Já as duas últimas são específicas da ficha de avaliação em relação a BNCC (implementada apenas a partir de 2019), e envolvem o tema à medida que estimula o estudante a observação a distribuição populacional e o recorte da diversidade étnico-racial, e ainda, a entender o que são as territorialidades quilombolas, dentre outras.

A partir disso foram utilizadas no presente trabalho questões norteadoras que permitiram a análise comparativa dos conteúdos em diferentes momentos. As quatro obras apresentam um ou mais tópicos sobre a formação da população brasileira e esse foi o recorte para análise. Observação dos temas pelo sumário e posteriormente a análise do capítulo ou subcapítulo que aborda sobre as imigrações europeias e/ou termos que remeta a essa análise. Buscando sempre responder quatro questões centrais:

a) Quais são as justificativas atribuídas aos processos de imigração europeia para justificar a entrada desses grupos? E dos asiáticos (chineses e japoneses?)

b) A democracia racial aparece enquanto tópico ou tema de debate?



c) Como é abordado o tema da miscigenação?

d) Discute-se o tema do racismo?

As questões apresentadas analisam se os conteúdos dos livros de geografia estão buscando uma educação antirracista, e como estão fazendo isso. Por outro lado, podem evidenciar se o branqueamento aparece como matriz de pensamento da formação territorial brasileira, como identificou Corrêa (2013) ao analisar livros didáticos entre os anos de 2005 e 2011. Dessa forma, com os questionamentos presentes, pode-se identificar se os conteúdos estão sendo produzidos em torno dessa visão eurocêntrica e linear da formação do território.

A partir das questões sobre imigração será observado se há um debate sobre a política de branqueamento, e, caso haja, como essa questão é abordada.. Na democracia racial, no mesmo viés, analisar como abordam os temas sobre miscigenação, e a última e mais importante questão, saber se abordam o racismo nos materiais didáticos. Ao responder essas questões será possível identificar como as narrativas raciais aparecem nos livros didáticos e identificar se houveram ou não mudanças nesses materiais a partir da implementação e avanço da lei 10.639/2003.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia é uma ciência que contribui para a formação social do ser humano, portanto ela serve para nos reconhecermos no mundo, dessa maneira aproximando a ideia do ‘mundial’ que a globalização traz para o seu cotidiano e estreita essa relação de escala mundial para o indivíduo formular sua construção individual perante o todo, se localizar, orientar e pertencer ao espaço. A Geografia permite que essa relação ocorra não apenas na dimensão individual, mas também em grupos sociais.

A criação e desenvolvimento da lei 10.639/03 foi resultado dos tensionamentos do Movimento Negro pela inserção de temas na educação sobre racismo, resultado esse que torna a lei uma ferramenta de fortalecimento para os debates em torno dos temas étnico-raciais no ensino. Assim, a educação passou a ser uma estratégia de combate ao racismo, por ação do que Nilma Lino Gomes (2017) chamou de Movimento Negro Educador. Nessa perspectiva surge um despertar de novos estudos para o ensino de Geografia, na qual busca-se o estudo de temas e conceitos por um novo caminho, que quebre a relação do ensino através da visão eurocêntrica, rompendo esse estigma de que toda a transformação seja advinda do europeu, e que os aspectos negativos e de atraso sejam vinculados a grupos não europeus – latinos, indígenas, negros, asiáticos.



A educação é ligada a nossa formação humana, para estudar e analisar temas sobre o protagonismo de negros e negras no Brasil, entendendo que para isto é preciso falar também sobre os projetos de sociedade hegemônica que passaram no nosso país, projetos esses que reproduzidos nos livros didáticos fortalecem e re(produzem) o racismo. Segundo Santos (2018), “o racismo é, portanto, uma forma de dominação inerente aos projetos nacionais moderno-coloniais, e dentro deles deve ser compreendido.(p.37)”

O Brasil marca seu projeto populacional com a política de branqueamento da população entre os séculos XIX e XX, através do estímulo a miscigenação, com o apoio a entrada de imigrantes europeus e asiáticos, além de violências de diferentes naturezas praticadas contra negros e indígenas, seja expulsando ou exterminando.

O branqueamento da população é uma das diferentes formas de fazer o que chamamos de branqueamento do território (Santos, Corrêa, Corrêa e Monteiro).

O branqueamento do território (Santos, 2007, 2009; Corrêa, 2013; 2017; 2018) como um dos dispositivos da colonialidade que possui dimensão territorial, podendo ser associado tanto às políticas do Estado como às formas de gestão colonial do território que permanecem ainda hoje no Brasil, sob diferentes formas. Essas condensam um conjunto de artifícios e práticas desterritorializadoras da população não branca, dispositivos que atuam em diferentes dimensões, tempos, escalas e espaços.” (Corrêa e Monteiro, 2023) PG.15

O branqueamento do território criado por um Estado que é o detentor do poder, é quem desterritorializa (Haesbaert, 2004). O projeto de nação e formação do território nacional foi pautado na exclusão, invisibilização e extermínio dos povos negros africanos e exaltação dos brancos europeus, um projeto político racializado. Corrêa (2013) enfatiza que o branqueamento do território surge pois o branqueamento da população não dá conta de explicar as consequências geradas pela mesma espacialmente e suas implicações na formação do território brasileiro.

Abordar o branqueamento do território implica reconhecer três vieses essenciais que Renato Emerson dos Santos (2010) irá ressaltar: a) o branqueamento da ocupação; b) o branqueamento da imagem e c) o branqueamento da cultura. Essas linhas nos mostram as diferentes formas de se criar uma nação através do ideário eurocêntrico, invisibilizando os grupos não brancos, retirando os diferentes protagonismos dos povos indígenas e negros da formação do território brasileiro. Essas ações acontecem mutuamente sempre baseadas no critério da racialização.

O branqueamento da ocupação que “surge” através da falácia de que regiões não ocupadas por brancos eram um vazio demográfico. A entrada dos colonizadores na América parte deste princípio, entretanto todo o continente americano era ocupado por povos nativos,



povos indígenas, que foram dizimados por serem povos não brancos, de aspectos culturais diferentes, cores diferentes, religiões e cultos diferentes dos europeus. Essa ideia de vazio demográfico oferecido aos imigrantes brancos europeus se estende por todo o continente americano, não apenas no Brasil, exterminando milhares de indígenas e negros por toda América.

Através dessa política de imigração com o intuito de ocupação das áreas inóspitas e vazias, desterritorializaram (Haesbaert, 2004) milhares de povos a fim de branquear o território. Outra concepção do branqueamento da ocupação está na afirmação sobre ausência de mão de obra, uma afirmativa que nunca foi comprovada, pois existia grande mão de obra negra, recém saída da escravidão. O que ocorreu, de fato, foi privar essa mão de obra em acessar condições dignas de trabalho, deixando-os sujeitos a espaços de marginalização ou empregos que os imigrantes não desejavam.

O branqueamento da cultura tem como maior marco de intervenção a religião de matriz africana, que são vistas socialmente como nefastas e que empobrece a nação brasileira, sendo necessário trazer imigrantes para branquear essa cultura, para que eles tragam a cultura europeia considerada superior. Ocorre a subalternização cultural de toda influência que não seja branca/europeia, classificam-nas como folclóricas e primitivas. Ocorre, principalmente, o apagamento da religiosidade, musicalidade e linguagem, dissipando qualquer protagonismo dos negros no processo de construção do território brasileiro. Sempre colocando a religiosidade como um dos principais alvos de embranquecimento cultural almejados.

O branqueamento da imagem é comumente reproduzido em livros de história e geografia quando inicia-se a história e a formação do território através dos descobrimentos pelos europeus. Isso ocorre, principalmente, na abordagem sobre formação de território nacional e sobre o continente americano inteiro, excluem todas as múltiplas histórias dos povos indígenas que formaram essa nação. A construção do branqueamento da imagem baseado no preenchimento de “vazios demográficos”, em territórios que já existia uma população, já existia uma história, de povos não brancos, havia protagonistas, o que se passa, o que se é contado é que sempre estiveram os brancos ali e foram eles que o construíram, eles se tornam os protagonistas.

O branqueamento da imagem é um processo contínuo. Esse processo resulta hoje nos questionamentos da legitimidade de comunidades quilombolas e indígenas; da propriedade de suas terras, retiram dessas comunidades o direito de suas terras pois suas histórias são apagadas da construção desse território, logo questiona-se a validade de sua posse. O branqueamento da imagem formou a concepção de que todas as riquezas brasileiras foram construídas e são méritos dos povos brancos. Concepções como esta constroem a formação do território nacional



com o protagonismo único do branco-europeu: eles fizeram a arquitetura, as plantações, a base econômica. Por outro lado, a população negra, muita das vezes, representada como a de baixa inteligência, apenas como herança a culinária e a capoeira. As diversas formas de desterritorializar os povos não brancos, não apenas através do território físico, material.

Assim, esta última dimensão constitui a tríade do pensamento eurocêntrico na nossa sociedade, o branqueamento da ocupação-cultura-imagem – formulando nosso branqueamento do território. O branqueamento do território é um dispositivo da colonialidade do poder. A transição do Brasil de colônia a Estado-nação representou apenas o término do processo de colonização formal; contudo, a colonialidade do poder permaneceu, manifestando-se, nesse contexto, por meio do branqueamento do território. Por mais que a colonialidade esteja vinculada com o colonialismo, eles não são iguais, a colonialidade não cessa quando acaba a colonização, ele permanece. A colonialidade do poder, do saber e do ser (Mignolo 2005, Quijano 2006).

▣ A análise e reprodução da narrativa da construção de cada território se modifica de acordo com quais personagens irá contar, quais posições estão, quem são eles. Ou seja, escolher uma narrativa para aprofundar nos estudos e análise de determinado território é ter a noção de que estamos escolhendo uma dentre outras diversas, com atores e personagens diversos. As narrativas também são frutos das relações de poder, já que decidem quem faz parte dessa história que compõe cada território. Construir a narrativa da formação de um território é ter o poder de desterritorializar determinados grupos, silenciar, não citar e esconder. E o livro didático, foi, ao longo dos anos, um reprodutor e difusor desses projetos hegemônicos, perpetuando o mito da Democracia Racial (Abdias Nascimento, 2016, pg.47)

▣ A democracia racial é uma ferramenta da colonialidade a fim de descrever a sociedade nacional através de igualdade entre raças, em síntese, entre negros e brancos. Tal democracia está relacionada a alguns pontos da nossa sociedade: a mistura dos povos - negros, brancos e índios; a miscigenação e a incorporação as culturas; a relação harmoniosa dos povos e ultrapassa a barreira da escravidão. Apoiaram-se na mestiçagem e harmonia racial para se construir uma identidade de sociedade nacional - um país sem discriminação racial.

Tais pensamentos ajudaram a formular os discursos de meritocracia existentes na sociedade atual, a contestação na criação de políticas de afirmação, como as cotas, porque se não há conflito, não há diferentes acessos aos serviços então não há necessidade de criar políticas públicas reparatórias, a regularização de territórios de populações tradicionais, conforme mencionado anteriormente, também se encaixa nesse contexto. A história recente afirma uma miscigenação como algo positivo e natural na formação do território brasileiro, esconde que na verdade ela ocorreu através de violência contra corpos de mulheres negras e



indígenas, casamentos inter raciais forçados e estupros dessas mulheres, claramente confirmando que a democracia racial nunca existiu.

A revisão dos livros didáticos é um caminho de luta para uma educação anti racista. Analisar e observar como são abordados os conteúdos sobre a formação do território nacional é primordial para saber se os projetos hegemônicos de sociedade estão sendo reproduzidos e reafirmados para os nossos jovens. Santos (2018) trata em seu texto que o livro didático é um “artefato cultural engendrado no seio das correlações de forças entre os setores da sociedade, o livro didático é produzido a partir de múltiplas e complexas tramas de relações de poder. (pg.30)”. Além das relações de poder, ele é um instrumento que exerce inúmeras funções e tem variadas formas de uso. Para os estudantes, exerce o papel do meio de pesquisa mais utilizado, principalmente para os alunos com menos recursos financeiros, já que no livro encontram-se informações e conceitos sobre o mundo. Para os professores da rede serve como principal ferramenta didática, ademais serve também como parâmetro para a montagem das aulas. Para o Estado serve como normatizador de conteúdos que a sociedade tem acesso, é o veículo que leva, constrói e difunde a visão de mundo.

A veiculação do livro didático no território nacional teve um alto investimento através do PNLD, elevando seu nível de importância em âmbito mundial. Corrêa e Meireles fala sobre essa importância:

“Recentemente, os investimentos realizados neste programa o consolidou como um dos maiores programas de livro didático do mundo, dada sua abrangência em escala nacional, sua importância pedagógica e seu caráter econômico. Nos últimos cinco anos, o governo brasileiro investiu pouco mais de 5 bilhões de reais na compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas no Brasil. Em 2017, por exemplo, foram distribuídos 175 milhões de exemplares de ensino fundamental por todo território nacional.” (2008, pg.85)

Buscar uma educação decolonial deve ser, ou pelo menos deveria ser, o objetivo de todo professor, principalmente o de Geografia.

UMA ANÁLISE DE CADA LIVRO DIDÁTICO

A análise será feita primeiro da edição de 2008 inteira, posterior a edição de 2024 e ao final a comparação entre as análises. Nos livros didáticos *Geografia: Construção do Espaço Brasileiro* de 2008 comparado com a mesma coleção *Expedições Geográficas* de 2024 (explicado anteriormente que modificou a nomenclatura), percebe-se algumas diferenças iniciais no próprio sumário sobre a abordagem do tema. Na edição aprovada em 2008 temos a imigração europeia e asiática no capítulo 6 com título “*Região Sudeste (I): a construção de*



espaços geográficos” e no capítulo 8 com título “Região Sul: a construção de espaços geográficos”.

Na edição de 2024, temos uma inserção de outros temas já no sumário, aqui os capítulos são intitulados de percursos e no percurso 8 temos o título “*Brasil: a diversidade cultural e os afro-brasileiros*” e dentro dos subtítulos tem-se uma possibilidade maior de haver um incentivo aos debates raciais. Igualmente na edição de 2008, aqui aparece os mesmos capítulos abordando imigração europeia e asiática, percurso 23 “*Região Sudeste: a cafeicultura e a organização do espaço*” e percurso 26 “*Região Sul: a construção de espaços geográficos*”, que no caso do último tem até o mesmo nome do capítulo da edição de 2008.

O capítulo 6 (2008) é dividido por quatro subcapítulos, os três primeiros abordam questões naturais e físicas da região Sudeste e a expansão cafeeira. No quarto subcapítulo observa-se o título “*A imigração estrangeira*” e ele tem uma divisão de dois tópicos. Na parte introdutória, nos dois primeiros parágrafos aparece a justificativa de imigração por conta da escassez de mão-de-obra (pg. 85). O autor ainda ressalta o aumento no custo na compra dos escravizados, já que passava a ser ilegal o tráfico e questiona “onde conseguir trabalhadores livres, considerando-se que o número de brasileiros presentes nos espaços da cafeicultura era insuficiente para atender às necessidades de mão-de-obra?” (pg. 85) ignorando por completo a mão-de-obra negra para trabalho livre assalariado, o autor ainda afirma que era a vontade dos cafeicultores, entretanto, eles não tinham onde achar essa mão-de-obra. No primeiro tópico dentro do capítulo em questão “*Imigrantes ou colonos para a cafeicultura*” o autor afirma que a imigração estrangeira foi a solução encontrada tanto pelos fazendeiros quanto para o governo brasileiro, onde o estado nacional precisou fazer até propagandas na Itália a fim de captar mais imigrantes e ainda afirma que o fim da escravidão e o surgimento do trabalho livre assalariado incentivaram essa vinda. Um box dentro desse tópico afirma que as condições de vida na Itália estavam precárias e que isso foi mais um motivo da imigração em massa nesse período. No segundo tópico “*Trabalho livre, mercado interno e espaço geográfico*” aborda sobre o desenvolvimento econômico que a cafeicultura trouxe ao sudeste e afirma que a construção de ferrovias junto da imigração estrangeira e as relações assalariadas de trabalho ampliaram o mercado interno.

Ao final do capítulo 6 encontram-se três boxes de atividades, no primeiro box “*Certifique-se de ter aprendido*” sobre imigração forçada e imigração livre, tratando sobre africanos escravizados e os imigrantes europeus, pede-se aos alunos para fazer uma comparação entre elas. No segundo box “*Aprofundamento*” sobre a expansão da cafeicultura e as violências cometidas contra as tribos indígenas que já ocupavam esse território e no terceiro e último box



“Atividades” têm duas questões sobre trabalho e tipo de mão-de-obra, comparando, novamente, mão-de-obra livre e mão-de-obra escrava.

Nessas duas questões do último box tem duas imagens, uma com pessoas negras trabalhando na agricultura e outra com pessoas brancas, a partir disso pode-se questionar, como na mão-de-obra escrava tinham-se negros e na mão-de-obra livre assalariada não há pessoas negras? O que houve com essa mão-de-obra escrava após proibição do tráfico negreiro, ocupavam quais espaços? Por que na representação de trabalho livre assalariado eles não aparecem? O projeto hegemônico nacional deixa expresso, até em suas fotografias, que não lhes foram dadas oportunidades, deram a mão-de-obra livre assalariada aos imigrantes brancos europeus.

O capítulo 8 (2008) “*Região Sul: a construção de espaços geográficos*” divide-se em 3 subcapítulos, o primeiro sobre questões físicas e naturais da região Sul, no segundo “*Fatores iniciais de produção de espaços no Sul*” temos 5 tópicos e no quinto temos o título “*Imigração estrangeira e produção de espaços geográficos*” onde trata sobre as diferentes nacionalidades de imigrantes europeus que entraram no Brasil, na região Sul. Inicia sobre as missões jesuítas para a catequização e segue sobre os portugueses açorianos, alemães, italianos, poloneses e ucranianos, o livro trata toda essa imigração como uma maneira de povoar a região do Sul, o material discrimina as regalias oferecidas, como posse de terras e sementes para o plantio, passagens oferecidas aos imigrantes. Traz diferentes períodos, 1808, 1850, 1880, várias vindas de imigrantes europeus em diferentes momentos, todas elas com incentivo para serem donos de terras com o discurso de ocupação dos vazios demográficos. Percebe-se, no recorte temporal, que essa vinda de imigrantes coincide com o momento histórico pós revolta do Haiti e o medo da elite nacional dessa revolta servir de exemplo no Brasil, impulsionando e incentivando essa imigração em massa. No subcapítulo 3 o assunto gira em torno de problemas ambientais e desmatamento.

Na edição de 2024, *Expedições geográficas*, no percurso 23 “*Região Sudeste: a cafeicultura e a organização do espaço*” divide-se em 2 subcapítulos, no segundo subcapítulo temos o título “*A cafeicultura e a imigração estrangeira*” e aqui ocorre a mesma explicação do exemplar de 2008, até mais detalhada, alegando que a proibição da entrada de mão-de-obra escrava no território deixou a plantação de café sem mão-de-obra e era necessário buscá-la. Destaca que pós abolição da escravidão esses fluxos de imigrantes se intensificaram, pois não tinha-se mão-de-obra, os escravos, aparentemente, somem nos livros didáticos, já que não existe mais mão-de-obra para trabalhar. Dentro do mesmo subcapítulo há um tópico de mesmo nome da edição de 2008 “*Trabalho livre, mercado interno e espaço geográfico*” e aborda sobre a



mesma coisa: desenvolvimento econômico, mão-de-obra, assalariada livre, imigrantes europeus e a ampliação do mercado interno. Diferente da edição de 2008, nessa versão não alonga muito o assunto sobre a imigração, não há box de atividades e nem mais outros tópicos ou subcapítulos. Ao final da unidade inteira há uma questão num box de atividades (pg. 201) sobre uma pintura onde pede-se aos estudantes para explicar as relações de trabalho antes e pós abolição da escravidão nas lavouras de café.

No percurso 26 *“Região Sul: a construção de espaços geográficos”* há apenas um capítulo *“Ocupação europeia na região sul”* e dentro dele têm 5 tópicos, dentre eles *“A imigração e a produção de espaços no Sul”* ocorre a mesma abordagem sobre a imigração europeia na região Sul que é descrita no exemplar de 2008, mas acrescenta os imigrantes japoneses ao final. Ao trazer os japoneses não expõe sobre as políticas ou outras especificações, apenas as cidades para as quais migraram. Na parte do box de atividades pergunta-se sobre a miscigenação que formaram os povos gaúchos.

Agora a análise do capítulo diferencial entre uma edição e outra que é o percurso 8 *“Brasil: a diversidade cultural e os afro-brasileiros”*. No primeiro subcapítulo *“Brasil: país de muitos povos e culturas”* temos uma breve introdução e explicação sobre miscigenação e como a população brasileira é formada através dela. Fala sobre a origem das palavras e que essa miscigenação foi através de indígenas, africanos e europeus, não fala sobre como foi, mas diz que é miscigenada. No segundo subcapítulo temos o título de *“Grupos formadores da população”* o primeiro tópico é voltado aos povos indígenas, suas culturas, ligação com a natureza e violências relacionadas à invasão de terras. O segundo tópico é *“Os portugueses e outros imigrantes”* traz que a partir da invasão dos portugueses deu início a miscigenação no Brasil com a chegada dos europeus e dos africanos escravizados. O terceiro tópico é *“Os negros africanos”* discorre sobre as diferentes etnias africanas que entraram no país enquanto escravos. O quarto tópico é *“A escravidão”* traz estimativas numéricas relacionado ao quantitativo de escravos que chegaram ao Brasil, não menciona Diáspora Africana. No terceiro subcapítulo *“Os brasileiros nos censos do IBGE”* são dados quantitativos do IBGE sobre a população brasileira. No quarto subcapítulo *“Os afro-brasileiros no Brasil atual”* divide-se em quatro tópicos, primeiro *“As comunidades remanescentes de quilombos”* aborda a quantidade de comunidades no Brasil, sobre a constituição de 1988 e o direito a terras, cita o processo de titulação, mas não explica, não cita o processo de certificação e não dá nenhum exemplo de comunidade. Segundo tópico *“Desigualdade entre negros e não negros”* têm três parágrafos, um sobre números de desigualdade, pobreza e taxa de desemprego, o segundo sobre desemprego das mulheres negras e o terceiro sobre a taxa de analfabetismo. Terceiro *“Os*



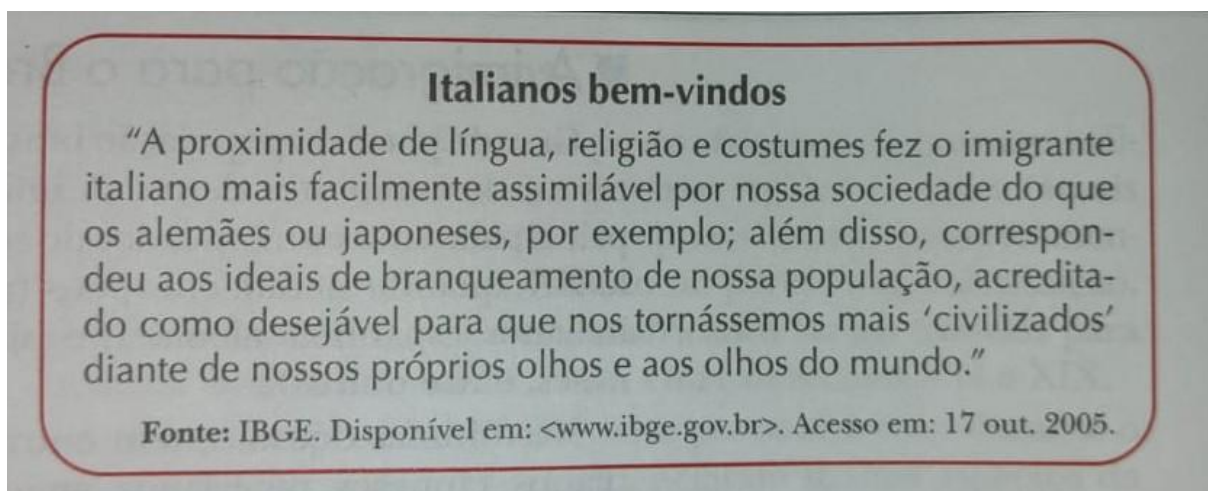
movimentos dos afro-brasileiros" não cita o movimento negro em si, mas aborda sobre as diferentes mobilizações 'afro-brasileira', e nesse trecho destaca as primeiras mobilizações que surgiram pela falta de inserção dos negros ex-escravizados no pós-abolição no trabalho livre assalariado. No quarto "*Ações afirmativas*" apresenta a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Programa Nacional de Ações Afirmativas, dá exemplos sobre quais ações são essas, traz um gráfico sobre o ingresso de pessoas negras no ensino superior após a criação das cotas. Ainda nesse tópico traz um box de atividade sobre a diferença quantitativa de renda per capita entre pretos e pardos e brancos. No quinto e último subcapítulo "*O combate aos preconceitos no Brasil*" é dividido em dois tópicos e discute sobre diferentes contextos de preconceitos, não apenas raciais. Primeiro tópico "*Preconceitos no contexto escolar*": as diferentes formas de preconceitos dentro da escola e sobre o quantitativo relacionado a preconceito racial no âmbito escolar. No segundo tópico "*Humilhações na internet*": bullying virtual. O box de atividades envolve os percursos 7 e 8, então ocorre uma mistura nos conteúdos. No box a questão 7 fala sobre comunidades quilombolas, a 8 sobre as ações afirmativas e a 12 sobre ensino superior e a população afro-brasileira.

Nas análises das coleções *Araribá* também encontram-se diferenças entre 2008 e 2024. Na edição de 2008 do *Projeto Araribá - Geografia* é dividida em 8 unidades e, através do sumário, percebe-se que nas unidades 2, 6 e 7 ocorre uma possibilidade maior de debates em torno das políticas de imigração e formação do território brasileiro. Na unidade 2 - *Brasil: população* o segundo capítulo é intitulado "*Diversidade da população brasileira*", na unidade 6 - *Região Sudeste* o segundo capítulo leva o nome "*A ocupação do Sudeste*" e na unidade 7 - *Região Sul*, também no segundo capítulo, "*A ocupação e a organização do espaço sulista*".

Através da organização percebe-se que o segundo capítulo de cada unidade tem uma abordagem voltada às dinâmicas populacionais. No *Araribá Conecta* ano de 2024 destacam-se 2 capítulos através do sumário que tentam fazer uma mobilização para as discussões sobre a formação do território brasileiro e as imigrações europeias. O primeiro é o Capítulo 6 com título de "*A Heterogeneidade da População Brasileira*" e dentro dele temos três subtítulos, primeiro: "*Povos indígenas*", segundo: "*Povos africanos*" e terceiro "*Os imigrantes*". Na unidade VI, com título "*Região Sul*" temos o capítulo 14 com título "*Organização do espaço, população e paisagem*" e dentro dele os subtítulos "*Ocupação da Região Sul*" e "*Diversidade - Lugar e cultura – Comunidades quilombolas no sul do Brasil*" e fora desses capítulos o livro conta com um box no capítulo sobre a Região Nordeste onde aparece a regularização das comunidades quilombolas. Diferente da edição *Expedições Geográficas* não ocorre um debate sobre imigração na região Sudeste.



No capítulo 2 (2008) da unidade 2 “*Diversidade da população brasileira*” a frase que inicia o capítulo é “A miscigenação trouxe uma grande diversidade de traços culturais na formação da população brasileira.” pg. 54 e a partir disso temos a apresentação da formação da população brasileira por indígenas, negros e brancos, assim descrito no livro. Dentro desse capítulo há a divisão em 4 tópicos, 1º: *Os povos indígenas*, têm três parágrafos que abordam sobre os diferentes grupos indígenas que existiam no Brasil antes da chegada dos imigrantes, sobre as heranças deixadas na população brasileira – o livro descreve duas “banhar-se todos os dias e consumir mandioca” (pg. 54) – e as resistências para permanecer em seus territórios. 2º tópico: *Os povos africanos*, com 4 parágrafos e um box onde falam os valores numéricos de quantos africanos escravizados foram trazidos entre os séculos XVI e XIX, sobre as heranças deixadas “música, religiosidade, dança e comida” e destaca duas “marcas registradas do Brasil: a feijoada e o samba” (pg. 56) e os dois últimos parágrafos e o box trazem a distribuição das comunidades quilombolas no território nacional, mas não define o que é uma comunidade quilombola. 3º tópico: *A imigração para o Brasil*: a imigração europeia e asiática, não explica o porquê ocorreu essa imigração, mas destaca que depois dos portugueses os italianos formaram o grupo mais numeroso. Para finalizar esse tópico o livro coloca, na página 58, uma citação sobre a imigração italiana e o “desejo” de branqueamento da população (vide imagem abaixo) antes de entrar no 4º tópico.



Fonte: Projeto Araribá Geografia 6ª série, 2008, pg. 58

Constata-se aqui, dentre os livros analisados, o único que fez uma afirmação sobre a política de branqueamento no projeto de sociedade nacional. O livro não debate esse recorte que foi posto, mas a partir disso entra no 4º tópico sobre: *Brasil: uma democracia racial?* Dividido em 4 parágrafos, no primeiro um gráfico do censo do IBGE de 2000 e a distribuição da população em raça ou cor - brancos, pardos, negros, amarelos e indígenas - mostrando que a população se autodeclarava de maioria branca e parda. Nos segundos e terceiros parágrafos o



livro traz diretamente a discussão sobre a democracia racial, racismo e que foi comprovado que no Brasil ocorre um “racismo disfarçado contra negros e índios” (pg. 59) no último parágrafo traz a diferença salarial por cor e taxas de analfabetismo trazendo uma tabela e uma reportagem. Vale ressaltar que têm duas caixas de texto menores, uma conceituando a palavra étnico e outra falando sobre a constituição de 1988, a criminalização do racismo e passando uma tarefa sobre a construção de um debate em que os alunos presenciaram situações que considerem racistas. Ao final desse capítulo há um box de atividades e a última questão pede para que os alunos pesquisem sobre as ações afirmativas.

Na unidade 6 (2008), no segundo capítulo, não ocorre debates sobre imigração, substituição de mão-de-obra ou políticas de incentivo para essa imigração europeia, apenas cita no tópico *A cafeicultura e a organização do espaço no Sudeste* que houve um crescimento populacional com migrações internas e estrangeiras. Na unidade 7 (2008), no segundo capítulo segue o mesmo parâmetro dos outros livros quando aborda a Região Sul, catequização dos indígenas pelos jesuítas, consolidação da ocupação do território através da imigração europeia. Sobre a imigração o livro descreve que a política de incentivo de imigração europeia para povoar o Sul teve incentivo de D. Pedro I., também cita a imigração japonesa.

Na edição de 2024 o *Araribá Conecta* no capítulo 6 “*A heterogeneidade da população brasileira*” inicia sobre a miscigenação da população brasileira e por isso a grande diversidade cultural no país. No subcapítulo “*Povos indígenas*” referem-se à condição de primeiros povos do Brasil e informações quantitativas. No subcapítulo “*Povos africanos*” traz o quantitativo de escravos trazidos ao Brasil no período da escravidão e sobre as culturas herdadas, como culinária, dança, e comunidades quilombolas, colocam uma fotografia de mulheres dançando numa comunidade quilombola, vide imagem abaixo. E no “*Os imigrantes*”: a vinda dos imigrantes europeus e asiáticos ao Brasil entre os séculos XIX e XX para melhores condições de vida. Ainda dentro do capítulo 6 tem um box de atividades falando sobre o fluxo migratório de africanos entre os séculos XV e XIX, mas não cita a diáspora africana. Nos próximos tópicos ocorrem assuntos em torno de fluxos migratórios internos e atuais. E ao final do capítulo temos um box de atividades sobre miscigenação, povos indígenas, comunidades quilombolas.

Na Região Sul a edição separa uma unidade e divide os capítulos a partir dos que serão priorizados. O capítulo sobre processos de imigração é o 14 “*Organização do espaço, população e paisagem*” e o subcapítulo “*Ocupação da Região Sul*” novamente traz as missões jesuítas e as imigrações europeias. Os italianos, alemães, poloneses, ucranianos e japoneses apenas sobre a expansão do café e quais tipos de plantações e cidades que eles se dirigiram. E no subtítulo “*Diversidade*” temos alguns pontos mais interessantes, assinala que a região tem



muitos afrodescendente e indígenas e que os afrodescendentes foram privados por políticas que incentivaram a exclusão desse povo na participação do novo mercado de trabalho assalariado, sendo obrigados a recorrer ao trabalho informal. Ao final deste capítulo tem um box “*Lugar e cultura*” com o tema: Comunidades quilombolas no sul do Brasil, nesse texto liga as comunidades quilombolas especificamente a áreas rurais e cita os problemas na titulação, mas não explica o que é o processo de titulação e não cita o de certificação. Ainda na unidade da Região Sul tem um box “*Para refletir*” com o tema: Por que as religiões afro-brasileiras sofrem mais discriminação? Aborda a intolerância religiosa no Brasil e na região Sul, mas não aborda racismo religioso.

Outro box “*Para refletir*” agora no capítulo sobre a Região Nordeste o tema “*Comunidades tradicionais e atividades industriais: É possível que convivam no mesmo território?*” Nesse texto ocorre a abordagem sobre titulação e certificação e as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas frente a regularização de suas terras, expõe também problemas relacionados à indústria e as comunidades tradicionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS LIVROS DIDÁTICOS

Percebe-se diante da análise feita, em ambas edições, que ao abordar questões sobre a imigração europeia o/os autores permanecem reproduzindo o discurso que fizeram nas edições de 2008: a falta de mão-de-obra para trabalhar nos cafezais e a ocupação e povoamento de áreas, sempre na abordagem sobre as regiões Sul e Sudeste. No caso, em específico, do Projeto Araribá de 2008, no Sudeste nem há descrição dessa mão-de-obra europeia chegando para trabalhar. A contraponto, na mesma edição, ocorre uma abordagem sobre Democracia Racial e racismo, onde há uma possibilidade do docente instigar um debate através do que é colocado no livro. Nessa mesma edição há o recorte da reportagem que afirma o branqueamento na sociedade nacional, outra ponte onde o docente pode suscitar os debates acerca do projeto hegemônico de sociedade. Já na edição de 2024 (Araribá) pode-se dizer que houve um retrocesso, já que o debate sobre Democracia Racial é retirado e o capítulo inserido sobre diversidade não propõe debates como na edição de 2008. Portanto ocorre uma inserção de conteúdos superficiais acerca da heterogeneidade na população brasileira através da miscigenação.

Na edição de 2024 do *Expedições Geográficas* insere-se um novo capítulo que aborda questões étnico-racial no Brasil. Os autores citam, mesmo que brevemente, a luta desde a abolição da inserção dos negros de forma igualitária na sociedade, já que não tiveram oportunidade de usufruir do trabalho livre assalariado no pós-abolição. Ocorre uma contradição



das informações, afirmam que houve a privação no acesso desse trabalho livre assalariado, mas também afirmam, ao longo dos capítulos analisados, a necessidade em trazer essa mão-de-obra branca europeia por escassez de trabalhador.

Com relação à análise através das perguntas que foram feitas no início do presente artigo, será exposto a seguir um balanço referente aos questionamentos levantados inicialmente.

a) Quais são as justificativas atribuídas aos processos de imigração europeu para justificar a entrada desses grupos? E dos asiáticos (chineses e japoneses)? Falta de mão-de-obra para trabalhar, principalmente, nos cafezais da região Sudeste e ocupação do território na região Sul, isso em ambos recortes temporais do *Expedições Geográficas*, já no *Araribá* traz a mão-de-obra europeia na edição de 2024, na edição anterior não ocorre um aprofundamento sobre, no caso do Sudeste apenas cita que houve a imigração, mas não é citado como e porque. Sobre os asiáticos, no *Expedições Geográficas*, citam apenas na edição de 2024, entretanto, não justificam, apenas descrevem para quais cidades se dirigiram o mesmo ocorre em ambas as edições do *Araribá*. **b) A democracia racial aparece enquanto tópico ou tema de debate?** A democracia racial aparece enquanto tópico na edição do projeto Araribá de 2008 e o livro afirma que não existe Democracia Racial e há preconceitos raciais no Brasil, assunto que não aparece nas outras edições analisadas. **c) Como é abordado o tema da miscigenação?** O assunto sobre miscigenação aparece na formação da população brasileira, na abordagem a respeito da diversidade cultural, linguística e étnica, porém, não explica como ocorreu esta miscigenação e/ou as violências que aconteceram durante esse processo em todas as edições analisadas. **d) Discute-se o tema do racismo?** Novamente o debate só aparece no *Araribá* de 2008 vinculado ao debate sobre Democracia Racial e a criminalização do racismo na constituição de 1988. Nos demais livros analisados não ocorre debate sobre racismo. Nas edições de 2024 houve um aumento significativo nas discussões sobre a população negra, insere-se temas sobre as políticas de afirmação, desigualdades nos âmbitos educacionais e econômicos, cita as comunidades quilombolas, mas o estímulo ao debate sobre racismo não ocorre.

A maioria dos debates referentes à questão étnico-racial associa-se ao tema da população, tendo uma queda qualitativa e quantitativa significativa quando muda-se o tópico do livro didático. As discussões e debates sobre os protagonismos dos povos negros não ocorre. As questões sobre a promoção positiva dos povos negros, como: usar imagens positivas, valorizar as tradições, forma de organização, conhecimentos e saberes ficam restritos ou não ocorrem. As discussões sobre as políticas de branqueamento brasileira, a Diáspora Africana ou debates sobre (re)produções sobre racismo ficam ausentes nos livros didáticos analisados em 2024. Ou seja, fica restrito ao debate quilombola, ou ao conteúdo da população brasileira.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros didáticos são ferramentas e artefatos primordiais utilizados de forma ampla na construção da educação nacional, é a base que em muitas situações, fomenta os conteúdos para as aulas. Tais conteúdos são usados para formar cidadãos críticos e ajudar na formulação de uma sociedade mais plural, que entenda e saiba as multiplicidades de histórias e atores que formaram e ainda formam a sociedade e o povo brasileiro.

A partir da análise percebe-se que os debates sobre as questões étnico-raciais tiveram um aumento nos conteúdos dos livros didáticos, assim como as imagens e as referências quilombolas. Esse aumento das discussões e a inserção dos temas étnico-racial, mesmo que não seja na forma desejada, contribui para entender a importância da luta constante do Movimento Negro de se inserir nos espaços de poder e disputa. Ademais, colabora com a permanência no cenário educativo, analisando, lutando e exigindo um debate e uma educação múltipla, plural e antirracista para que em algum momento seja atendida e contemplada de forma plena.

REFERÊNCIAS

- ADAS, M. **“Geografia: Construção do Espaço Brasileiro”**. São Paulo: Editora Moderna, 2006.
- ADAS, M.; ADAS, S. **“Expedições Geográficas: 7º ano”**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 2022.
- BRASIL, Ministério da Educação. **PNLD 2021** – guia de livros didáticos – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2019.
- CIRQUEIRA, D. M.; CORRÊA, G. S.; SOUZA, L. F. de. **“20 ANOS DA LEI 10639/03 E O ENSINO GEOGRAFIA”**. Boletim Paulista de Geografia, [S. l.], v. 1, n. 111, p. 1–13, 2023. DOI: 10.61636/bpg.v1i111.3236.
- CORRÊA, G. S. **“Narrativas Raciais Como Narrativas Geográficas: Uma Leitura Do Branqueamento Do Território Nos Livros Didáticos De Geografia”**. UFF, Niterói - RJ.
- CORRÊA, G. S.; MEIRELES, M. M de. **“Eurocentrismo e colonialidade nos livros didáticos de Geografia: narrativas, hierarquias e disputas epistêmicas”**. Geografia e livro didático para tecer leituras de mundo [e-book] / Organizadores: Ivaine Maria Tonini et al. – São Leopoldo: Oikos, 2018. P.83-103.
- CORRÊA, G. S. **“Raça como critério de di-visão de mundo: um deslocamento para o debate sobre as classificações sociais na geografia.”** ANAIS do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – Vitória, 2014.
- CORRÊA, G. S.; MONTEIRO, G. R. F. de F. **“Branqueamento do território e colonialidade: reflexões a partir da geografia”**. Revista Da ANPEGE, 19(38). DOI: 10.5418/ra2023.v19i38.15704
- DELLORE, C. B. (Ed.) **“Araribá Conecta geografia: 7º ano”**. Obra coletiva. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 2022.
- GOMES, Nilma Lino. **“O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação.”** Petrópolis, RJ: vozes, 2017.
- GONÇALVES, A. R. Prefácio: **“Livro didático e disciplina de Geografia: campos de conhecimento e atuação do professor de Geografia”**. Geografia e livro didático para tecer leituras de mundo [e-book] / Organizadores: Ivaine Maria Tonini et al. – São Leopoldo: Oikos, 2018. P.7-15.
- HAESBAERT, R. **“Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.”** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. Recurso digital.
- HAESBAERT, R. **“O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade”**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LANDER, E. **“Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos.”** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 8-23



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

- MODERNA. (Org.). **“Projeto Araribá - Geografia 6ª série.”** Obra coletiva. São Paulo: Editora Moderna, 2006.
- MIGNOLO, W. . **“A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 33-50
- Nascimento, Abdias. **“O genocídio Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado”**. São paulo. Perspectiva, 2016.
- Silva Santos, A. F., Silva , J. M., & Oliveira, D. A. de. **“O desenvolvimento da Geografia das racialidades no Brasil: a constituição dos conceitos e temas centrais”**. Revista Da ANPEGE, 19(38). 2023.
- SANTOS, R. E. dos. **“A Lei 10.639 no PNL D de Geografia: um ensino sobre questões, mudanças e permanências”**. Geografia e livro didático para tecer leituras de mundo [e-book] / Organizadores: Ivaine Maria Tonini et al. – São Leopoldo: Oikos, 2018. P.29-49.
- SANTOS, R.E. dos. **“Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da lei 10.639”**. Terra Livre, São Paulo/SP, V.1, n. 34 p. 141-160, Jan-Jun/2010.
- SANTOS, R. E. **“Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O negro na Geografia do Brasil.”** Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1.
- Souza, L. F. de. **“As temáticas interseccionais nas pesquisas sobre o ensino de Geografia no Brasil: avanços e ausências.”** Revista Da ANPEGE, 19(38). 2023.